

15 SET 2015

GAZETA DO POVO

Suspensão do caso Voldemort foi defendida por nove desembargadores

Catarina Scortecchi

■ Nove desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná defenderam a suspensão da ação penal do caso Voldemort, em que figura como réu Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB) e nome influente na gestão tucana. Outros sete desembargadores votaram contra a paralisação do processo, protocolado em março na 3.ª Vara Criminal de Londrina. A decisão liminar que suspendeu a ação é de 3 de agosto, mas o acórdão foi publicado na segunda-feira (14).

Já na sexta-feira (11), o juiz londrinense Juliano Nanuncio foi comunicado sobre a decisão do TJ, suspendendo o trâmite da ação penal. Ele já havia marcado audiências do caso para o início de outubro. “Cabe a mim apenas aguardar uma nova decisão, para seguir ou não com o processo. Como é uma liminar, ela pode ser modificada. E a votação (no Órgão Especial) não foi tranquila”, resumiu o juiz Nanuncio. O Ministério Público deve entrar com recurso.

O pedido de suspensão foi feito pela defesa de Abi, que alega que a investigação do caso Voldemort incluiu a secretária da Administração e Previdência, Dinorah Noga-ra, que detém foro especial. A investigação, portanto, deveria ser remetida ao TJ. O desembargador Renato Lopes de Paiva negou o pedido de Abi. Mas ele recorreu ao Órgão Especial. O desembargador D’Artagnan Serpa Sá pediu vista do recurso e, na sessão de 3 de agosto, apresentou voto divergente, defendendo a paralisação. “Isso porque é inegável que existe investigação em curso em face de agente detentor de foro por prerrogativa de função”, escreveu em seu voto.

Abi é acusado de montar um esquema criminoso para obter um contrato emergencial de R\$ 1,5 milhão com o governo do estado, de consertos e manutenção da frota oficial.

15 SET 2015

SONEGAÇÃO **GAZETA DO POVO**

Dívida das empresas da Publicano chega a R\$ 120 mi

LONDRINA

Fábio Silveira, do J/L

As empresas investigadas pela Força-Tarefa da Receita Estadual, como desdobramento da Operação Publicano, devem cerca de R\$ 120 milhões ao fisco. O valor é derivado de impostos sonegados, uso indevido de créditos de Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), juros, multas e penalidades por dificultar a entrega de documentação. A informação é do corregedor geral da Receita Estadual, Roberto Tizon. Ainda não é possível mensurar a dívida, o tamanho do rombo provocado pela suposta organização criminosa formada por auditores fiscais, empresários e contadores para favorecer a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina. O valor encontrado diz respeito a 25 estabelecimentos, ou a 6,25% dos cerca de 400 que a Receita vai revisar. “Nesse valor estão o imposto [sonegado], mais multa e juros”, disse o corregedor. Tizon explicou que a Receita trabalha com a ideia de estabelecimentos, o que não significa que sejam 400 empresas — algumas empresas têm até 40 estabelecimentos. A Força-Tarefa I deve concluir seus trabalhos até o fim dessa semana, com o encaminhamento para o Conselho Superior dos Auditores Fiscais dos primeiros pedidos de procedimento disciplinar contra os 60 auditores investigados na Operação Publicano. A Força-Tarefa II começou depois de deflagrada a segunda fase da Publicano, lançada em junho pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao

Crime Organizado (Gaeco). “O trabalho de fiscalização é longo”, ponderou Tizon, que assumiu a corregedoria geral da Receita em 13 de agosto.

Ao mesmo tempo em que é feita a apuração das supostas irregularidades são apontadas na fiscalização das empresas as condutas de cada auditor fiscal suspeito de corrupção. A previsão do corregedor é de que até o fim desta semana seja finalizado o relatório da primeira Força-Tarefa. Depois disso os casos serão encaminhados para o Conselho Superior dos Auditores Fiscais, que decide sobre a abertura ou não de procedimentos disciplinares, que podem resultar em demissão.

TERCEIRA FASE

O promotor Jorge Costa, do Gaeco de Londrina, sinalizou que será deflagrada uma terceira fase da Operação Publicano, mas ainda não é possível dizer quando. “A investigação nunca parou, ela continua. Estamos amealhando documentos, solicitando informações”, afirmou.

Segundo ele, a apuração ainda não está amadurecida para uma “eventual terceira fase” da Operação Publicano.

15 SET 2015

GAZETA DO POVO

Governo ignora queixas da base e enviará à Alep elevação do ITCMD

Tabela progressiva do imposto vai onerar mais o contribuinte que receber imóvel por herança ou doação com valor superior a R\$ 375 mil

Euclides Lucas Garcia

Previsto para tramitar em regime de urgência, o “pacote anticrise” do governo do estado só chega à assembleia nesta terça-feira (15). Deputados da base aliada afirmam que “não pegou bem” a proposta de aumentar a cobrança do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos (ITCMD) para transações acima de R\$ 375 mil. Ela foi anunciada pelo Executivo como redução da carga tributária. A possibilidade de a ideia ser abortada foi ventilada e agora o governo terá de convencer a base aliada a aprovar a matéria.

Lançado em 3 de setembro, o pacote traz a mudança no ITCMD e a criação de um Fundo de Combate à Pobreza como principais medidas — de um total de 18 — para driblar a crise econômica. A proposta começaria a tramitar nesta segunda na Assembleia. Mas a resistência à questão tributária forçou a Secre-

taria da Fazenda a reavaliar a alteração no imposto.

Uma reunião de emergência foi convocada pelo secretário da Casa Civil, Eduardo Sciarra, no Palácio Iguazu no início da noite, e o governo decidiu seguir com a ideia. A fim de esclarecer dúvidas sobre a mudança, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, se reunirá com os deputados na tarde desta terça. “Resistência só pode acontecer depois de [os parlamentares] conhecerem o texto. Não dá para antecipar nada nesse sentido”, minimizou Sciarra.

Já o líder do Executivo na Assembleia, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), defendeu a proposta e voltou a classificá-la como medida de justiça fiscal. “Quem pode mais vai pagar mais, e quem pode menos vai pagar menos. Os deputados da base têm de entender que são governo e que esse é um projeto importante.”

Mudanças

Cobrado sobre o valor da herança recebida por morte ou sobre doações de bens feitas em vida, o ITCMD é hoje de 4% do montante das operações, independentemente do valor. A ideia do Executivo é estabelecer alíquotas progressivas do imposto de zero a 8% do valor do bem. Pela proposta, transações de até R\$ 25 mil serão isentas. Haverá deduções na cobrança dentro de ca-

da alíquota, a exemplo do Imposto de Renda.

Na prática, pessoas que herdarem ou receberem doações até R\$ 375 mil terão redução de imposto em relação ao valor atual ou continuarão pagando a mesma quantia. A partir desse valor, os contribuintes paranaenses passarão a pagar mais imposto.

Segundo um deputado da base aliada, o real objetivo do governo é aumentar a arrecadação no curto prazo e alavancar ainda mais o superávit de R\$ 2 bilhões das contas estaduais, fechado até agosto. A estratégia é forçar uma corrida de contribuintes para fazer o planejamento sucessório ainda em vida, por meio de doação, antes de um possível aumento do imposto.

Em São Paulo, por exemplo, a arrecadação do ITCMD no primeiro semestre deste ano aumentou 53,8% em relação ao mesmo período de 2014, apesar de a alíquota ter permanecido em 4%, por temor de aumento na cobrança.

PGR pede que STF reveja decisão que ameaça o futuro da Lava Jato

Relator no Supremo disse que não é responsável por caso envolvendo Gleisi, por não haver relação com a Petrobras. Decisão pode tirar das mãos de Sérgio Moro investigações que não envolvem a estatal

Kelli Kadanus

A Procuradoria Geral da República (PGR) pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconsidere a decisão do ministro relator da Lava Jato na Corte, Teori Zavascki, de não analisar o relatório sobre suposto repasse de dinheiro da Consist Software para pagamento de despesas da senadora Gleisi Hoffmann (PT) e do ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo (PT).

A decisão de Zavascki provocou em investigadores da Lava Jato o temor de que apurações de casos sem vínculos específicos com os desvios da Petrobras deixem de ser conduzidas e julgadas pelo juiz federal Sérgio Moro.

Zavascki alegou que, como o caso não tem relação direta com a corrupção na Petrobras, não seria o relator natural do caso no STF — o que implicaria, por sua vez, que Moro não fosse o responsável na primeira instância.

Em documento assinado pela procuradora geral da República em exercício, Ela Wiecko, a PGR defende que há indicativos de conexão entre os casos. A PGR alega que “há a demonstração de um liame mínimo de conexão dos pagamentos de valores envolvendo as propinas da Petrobras ‘administradas’ por João Vaccari [ex-tesoureiro do PT] e es-

tas envolvendo a Consist [consultoria envolvida no caso específico envolvendo Gleisi]”. De acordo com informações prestadas pelo delator da Lava Jato Milton Pascowitch, Vaccari teria pedido que ele passasse a operar junto ao esquema porque o PT tinha um crédito a receber da Consist e estava com problemas com o operador do esquema Alexandre Romano.

“Esse procedimento de ‘créditos’ e ‘débitos’ com valores recebidos estão dentro de um contexto bastante similar ao do esquema central e *modus operandi* das condutas sobretudo de João Vaccari. Do que foi provado até o presente momento, era o responsável por

toda essa ‘contabilidade’ de recursos espúrios também da Petrobras”, alega a PGR. Para Ela Wiecko, Vaccari e Pascowitch tinham um “procedimento padrão e único de captação de valores ilícitos, todos interligados umbilicalmente”.

O operador Alexandre Romano foi preso na Pixuleco II — 18.ª fase da Operação Lava Jato —, acusado de operar parte da propina repassada pela Consist após firmar um contrato de crédito consignado para servidores federais com o Ministério do Planejamento em 2010, quando o ministro era Paulo Bernardo.

Gleisi, por sua vez, é acusada de ter tido despesas eleitorais pagas pelo escritório de Guilherme Gonçalves com parte do dinheiro repassado pela Consist. A senadora já havia se manifestado sobre o caso. Alegou desconhecer as relações contratuais de Gonçalves com outros clientes, assim como desconhece qualquer doação ou repasse de recursos da empresa Consist a sua campanha. O advogado Guilherme Gonçalves informou que liberou acesso a todos os arquivos referentes à empresa Consist e aguarda a decisão do STF a respeito do assunto. Paulo Bernardo não foi localizado para comentar o caso.

CONTINUA

15 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONSEQUÊNCIAS

Moro pode “perder” casos de Vargas e Angra

Katna Baran, com agências

! Não é a primeira vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) dissocia investigações da Lava Jato que não têm relação com a Petrobras. Na terça-feira passada (8), O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, determinou a redistribuição dos pedidos de investigação do ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). Com a redistribuição, o ministro Celso de Mello passou a ser o responsável pelos casos. Mello deve avaliar até esta terça-feira (15) se abre ou não inquérito sobre as suspeitas de prática de caixa 2 nas campanhas eleitorais dos dois. Os casos foram apartados dos conduzidos pelo relator da Lava Jato porque a Procuradoria-Geral da República e Zavascki entenderam que ambos os políticos não teriam interferência em negócios da Petrobras. O entendimento do STF não foi o mesmo, porém, na investigação que envolve o ex-tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff (PT) e atual ministro da Comunicação Social, Edinho Silva, que permanece sob a condução de Zavascki. Ele, Mercadante e Aloysio Nunes foram citados na delação do empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC, que disse ter doado em 2010 R\$ 500 mil a Mercadante e R\$ 300 mil de forma oficial e R\$ 200 mil via caixa 2 a Nunes. Se o entendimento do STF sobre as investigações sem ligação com a Petrobras for mantido, outros alvos da Lava Jato no Supremo e sob responsabilidade do juiz Sergio Moro, na 1ª instância, podem ter de mudar de mãos. É o caso do ex-deputado André Vargas (ex-PT), investigado por pos-

síveis interferências em contratos com a Caixa Econômica e o Ministério da Saúde. Também poderia entrar na lista o processo da construção da usina de Angra 3 pela Eletronuclear. Três políticos do PMDB foram citados neste esquema: o presidente do Senado, Renan Calheiros, o senador Fátima Jerônimo Jucá e o ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão.

CASO CONSIST Suspeito de obstruir investigação, ex- vereador é denunciado

! O ex-vereador Alexandre Romano foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República por suspeita de atrapalhar investigações na Operação Lava Jato. Romano foi preso há um mês na 18ª fase da operação, batizada de “Pixuleco 2”, que investigava a empresa Consist, suspeita de ter recebido recursos de desvios de empréstimos consignados do Ministério do Planejamento. A denúncia, concluída na sexta-feira (11), foi feita pela Procuradoria-Geral diretamente ao Supremo Tribunal Federal porque a investigação sobre o caso está ligada à senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que tem foro privilegiado. Paulo Bernardo, marido de Gleisi, comandava o ministério quando o contrato com a Consist foi fechado, em 2010.

CONTINUA

15 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Não existe violação do juiz natural se houver conexão entre crimes"

Rhodrileo Deda

ENTREVISTA

RODRIGO CHEMIM, procurador do MP-PR, doutor em Direito do Estado pela UFRJ e professor da Uniruritiba.

Segundo um dos investigadores da Operação Lava Jato, ouvido pela Agência O Globo sob a condição do anonimato, o entendimento do ministro Teori Zavascki prejudica as investigações. De acordo com o investigador seria "como espalhar as peças de um quebra-



Chemim: há aparente conexão.

cabeça. Uma peça fora do jogo perde força, às vezes, perde até sentido". O que isso significa?

Não dá para discutir o caso em si, porque não o conheço. Mas me parece é que o que se está sustentando é uma conexão probatória entre os crimes. Não existe violação do princípio do juiz natural se houver conexão entre os crimes. No caso da Gleisi, que está sendo discutido, como ela é senadora, a competência definida em lei para julgamento é do Supremo Tribunal Federal.

Agora há outras regras de competência que tratam da conexão entre crimes. É por essa razão que a gente vê nos processos da Lava Jato que crimes que aconteceram em São Paulo e no Rio de Janeiro estão sendo julgados aqui. Pelo que tenho acompanhado nos jornais, há uma aparente conexão entre esses crimes com os que aconteceram no Paraná. E, pela regra de conexão, uma vez definida a competência de julgamento como sendo a do juiz Sergio Moro, no início da investigação — territorial, estado do Paraná; material, Vara de Lavagem de Dinheiro [onde ele atua] — todos os crimes conexos a esses primeiros que ocorreram no Paraná devem ser julgados por ele.

O que é um crime conexo?

Uma das regras de conexão no Código de Processo Penal, que me parece que poderia se aplicar ao caso, é a probatória. Ela ocorre quando a prova de um crime influencia na existência de outro crime. Essa é a provável hipótese que tem sido trabalhada na Lava Jato.

GAZETA DO POVO

A conta da descriminalização

Sobram indícios de que o uso de entorpecentes causa impactos em todas as camadas do sistema público de saúde

José Carlos Fernandes

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não chegaram a um veredito sobre a descriminalização do porte de pequenas quantias de drogas para consumo individual. Três votaram a favor — oito ainda não votaram. A dúvida não é um privilégio dos homens e mulheres de toga. Homens e mulheres de jaleco branco — que atuam na saúde — também se dividem sobre o efeito da medida, caso aprovada. Seus temores nascem da prática, na qual se deparam todos os dias com o alto preço cobrado pelo uso de entorpecentes.

Pode não haver provas científicas, mas sobram evidências de que o uso de drogas na adolescência seja um gatilho para a esquizofrenia — entre os que são propensos a essa doença psíquica. O assunto é tratado com dedos pelos profissionais da psiquiatria. “Alguns estudos epidemiológicos dizem que pessoas que fazem uso de *cannabis* têm mais risco de desenvolver quadros de esquizofrenia. O problema é atribuir causalidade entre uma coisa e outra”, explica o psiquiatra Marcelo Kimati, 43 anos, diretor de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

A possibilidade da descriminalização, contudo, escancara essa conversa. O que se pergunta é se com menos repressão, mais jovens vão provar maconha ou cocaína. Se a médio prazo vai se criar um passivo para o sistema de saúde pública. Eis o ponto.

Um dos alertas veio da médica Ana Cecília Marques, da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas (Abead). Para ela, a depender da decisão do STF, haverá mais experimentação, e, por tabela, mais dependência, provocada por uma espécie de “oba-oba, agora pode”. Só uma campanha prévia de esclarecimento poderia evitar um estrago geral.

“O debate da descriminalização é um debate menor. O debate maior é como criar políticas para usuários de drogas, independentemente de serem legais ou não”, defende Kimati. No que é seguido. “Não está escrito na testa: ‘Você está sorteado. Vai se tornar um dependente’. Aprovar a descriminalização é lançar mais gente numa loteria”, observa a psicóloga Kátia Akemi Nedopetalski, da SMS. O trabalho dela é fazer a ponte entre pacientes atendidos nas 109 unidades de saúde e os 12 Caps (Centro de Atenção Psicossocial) da prefeitura.

“A descriminalização deve afetar a saúde pública, sim”, observa o psiquiatra Fábio Uesu, 35, que atua na Unidade de Saúde São Domingos, no Cajuru. O local atende na média 110 pacientes por dia — estima-se que 30% desses tenham alguma relação com

sofrimento mental, não raro causado por uso de entorpecentes. Para Uesu, a maconha — droga que ficou no centro da discussão — pode aumentar o índice de transtornos mentais. “Afeta funções cognitivas, facilita o esquecimento. Deixa lerdo. Seu uso está longe de ser uma questão de foro íntimo”.

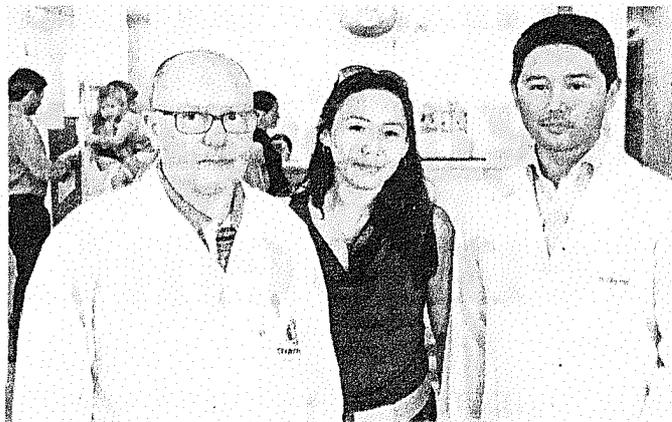
Alerta

No início dos anos 2000, dados da Secretaria de Saúde indicavam que os “problemas mentais” eram o terceiro maior motivo de consultas nas unidades. Os primeiros eram a hipertensão e a diabete — duas epidemias mundiais. Do “guarda-chuva” dos problemas mentais faziam parte a depressão, bipolaridade, alcoolismo e drogadição. Mais de uma década depois, o quadro parece menos sinistro, mas não menos preocupante.

Ano passado, saíram das unidades 125.403 diagnósticos de transtorno mental — a sexta maior incidência e a sétima responsável pelas interações, com 5.204 casos. Profissionais consultados, contudo, admitem que os malefícios causados pela drogadição repercutem em todas as outras enfermidades.

“Estima-se que haja 100 mil dependentes químicos em Curitiba — e isso inclui os dependentes de álcool. Essas pessoas não estão se tratando do problema ou mesmo se preocupando com isso”, explica o psiquiatra Marcelo Kimati, sobre um mal que atinge, por baixo, 1 a cada 17 moradores. Muitos deles podem estar se tratando de depressão, por exemplo, sem que o uso de drogas tenha sido informado.

CONTINUA



Evandro e Fábio e a psicóloga Kátia: droga sempre afeta.

TRANSTORNOS NO MAPA

Embora não de forma explícita, droga tende a estar na base de várias enfermidades:

NO POSTINHO

Diagnósticos médicos feitos nas unidades básicas de saúde de Curitiba (2014):

1º	Doenças do aparelho respiratório	14,2%
2º	Doenças osteomusculares	5,8%
3º	Doenças do aparelho circulatório	5,7%
4º	Doenças geniturinárias (órgãos genitais e urinários)	4,4%
5º	Doenças infectoparasitárias	3,9%
6º	Transtornos mentais (125.403 diagnósticos)	3,7%

100 mil

Número estimado de dependentes químicos (álcool e drogas) em Curitiba.

NO LEITO

100.208 internamentos

foram feitos pelo SUS, em Curitiba (2014)

1º	Causas externas	
2º	Doenças do aparelho circulatório	
3º	Doenças do aparelho digestivo	
4º	Doenças do aparelho respiratório	
5º	Neoplasias	
6º	Doenças geniturinárias	5.204 internamentos
7º	Saúde mental	(6,2%)
1º	Transtorno afetivo bipolar	(24,6%)
2º	Transtorno mental de comportamento devido ao uso de álcool	(21,9%)
3º	Transtorno mental de comportamento devido à multidrogação e ao uso de outras substâncias psicoativas	(19,6%)

Fonte: SMS/2014. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

15 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Planet Caps" Álcool e Drogas

O número de Centros de Assistência Psicossocial, os Caps, não impressionam — são 12 em toda a cidade, sendo cinco para álcool e drogas, quatro para transtorno mental e três infantis. O que faz perder a respiração são os números que ostentam. Ao todo, o sistema soma 82 mil cadastrados. No momento, 2,6 mil são pacientes ativos e há uma média de 600 acolhimentos por mês. A reportagem da **Gazeta do Povo** visitou o CapsAD Cajuru — no Guabirota (foto). A unidade especial funciona numa dos casarões modernos do bairro, um dos mais elegantes da cidade. Atende em média 280 pacientes — sendo 12 internados —, sob custódia de uma equipe de 36 profissionais, fora os voluntários. Um deles é Urataí Branco. Uma vez por semana, forma círculos com os dependentes que batem ponto ali, e dá dicas sobre como lidar com a ansiedade máxima a que os usuários estão sujeitos. O Caps não é um parque de diversões. Nas paredes, frases motivacionais. Mas também pequenas inscrições como "Planet Hemp" e "Raul". Entre muitos dos atendidos, a maconha deixou de ser problema para ser "solução". É usada na política de "redução de danos", alternativa para controlar drogas mais pesadas. Diante desses usuários, a descriminalização da maconha será uma boa notícia. A *cannabis*, para essas pessoas, é um mal menor.

Política pode "cair no colo" dos mais pobres

O psiquiatra Marcelo Kimati, da Secretaria Municipal de Saúde, aponta uma das faces mais curiosas da drogadição — a percepção parcial do problema. Pensa-se que "dependente" é quem "pirou", roubou o que tinha em casa para trocar por droga — algo meio novela da Glória Perez.

Os que consomem com moderação — inclusive a pedra do crack — se veem à parte do quadro da dependência, a salvo do cadafalso. Os "crônicos" confirmam na prática o que disse em visita ao Brasil o neurocientista norte-americano Carl Hart: apenas uma minoria se torna dependente. Ninguém quer ficar drogado o tempo todo.

O desafio é entender o que leva alguns à dependência — das drogas lícitas e das ilícitas. E que respostas a saúde pública vai lhes dar. Nesse sentido, quem atua em unidades de saúde tem motivos de sobra para se preocupar com o que passa na cabeça dos juizes do STF: entre os mais pobres a drogadição tende a causar mais estragos do que em outras classes sociais.

"A maioria das pessoas que chega ao Caps Álcool e Drogas (AD) são de baixa ren-

da", reforça a psicóloga Stephanie Gorte, que atende no CapsAD Cajuru, no Guabirota.

O clínico geral Evandro Luiz Silva, 61 anos, da Unidade de Saúde São Domingos, no Cajuru, confirma: o uso de drogas nessa população evolui para quadros mais graves. Nas periferias, usuários costumam ser arrebanhados pelo tráfico, uma relação perigosa. Jovens com baixa expectativa profissional e escolaridade diminuta são presas fáceis para o tráfico. Entre eles, a droga ocupa o posto de um inimigo íntimo. Faz parte do cotidiano, está naturalizada, o que torna essas comunidades pobres mais vulneráveis. "Sem dizer que o consumo está aliado ao preço, mais alto ou mais baixo, acirrando o uso", exemplifica Evandro.

Não houve cena dramática que o médico Evandro não tenha visto no tempo e que atenda na periferia — mãe caindo de joelhos diante de filhos à beira de um ataque de nervos, traficantes jurando dependentes de morte.

"Acredito que a descriminalização pode agravar ainda mais esse cenário. Teremos mais usuários de maconha nas áreas pobres. Estamos falando de uma facilidade — e de um público que vai responder a essa nova ordem", arrisca o clínico geral, sobre quem vai pagar a conta no final. (JCF)

15 SET 2015

GAZETA DO POVO

CELSON NASCIMENTO

Olho Vivo

Na Cruz

Prosseguem as investigações do MP-PR sobre supostas irregularidades na filial paranaense da Cruz Vermelha Brasileira (CVB). A responsabilidade para averiguar os possíveis desvios de recursos e de finalidade da instituição filantrópica estão desde ontem a cargo da promotora Aisha Sella Claro de Oliveira, da Promotoria do Patrimônio Público, após a verificação de graves inconsistências na primeira fase da investigação conduzida por outra promotora, afastada do caso por determinação do Conselho Superior do MP. As investigações serão ampliadas para uma questão que foi deixada ao largo: o Hospital da Cruz Vermelha mantém convênio com o governo do estado para prestar serviços para o SAS – Sistema de Assistência à Saúde do servidor público – e, portanto, recebe recursos estaduais. E por ser uma instituição com o selo de filantrópica, está legalmente impedida de gerar lucros para seus próprios diretores, suspeitos de explorar comercialmente bens e equipamentos do hospital de forma privada. O presidente da CVB paranaense, o médico Jerônimo Fortunato, será outra vez chamado a prestar esclarecimentos.

15 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Voldemort: processo suspenso

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, determinou ontem a suspensão do processo que apura fraude na contratação da oficina mecânica Providence pelo governo do Estado em 2014, no qual figura como réu Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB). Ele cumpre determinação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, que concedeu liminar à defesa de Abi, ao argumentar que a ação deveria tramitar no TJ em razão do foro privilegiado da secretária de Administração, Dinorah Botto Portugal Nogara, inicialmente suspeita de envolvimento na fraude. Na decisão proferida ontem, Nanuncio suspende as audiências para ouvir testemunhas marcadas para o início de outubro. Também solicita às outras comarcas a devolução das cartas precatórias enviadas para ouvir testemunhas que não moram em Londrina.

15 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Processo contra André Vargas está próximo da sentença

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – O juiz federal Sérgio Moro, que está à frente dos processos decorrentes da Operação Lava Jato em primeira instância deve proferir, nas próximas semanas, a sentença referente à ação penal em que o ex-deputado André Vargas (sem partido-PR) responde pelos crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro, juntamente com seu irmão, Leon Vargas; e o publicitário e ex-diretor da agência Borghi/Lowe, Ricardo Hoffmann.

O magistrado recebeu ontem os autos conclusos para a sentença depois que os advogados dos acusados protocolaram suas alegações finais, apresentando argumentos em defesa de seus clientes e pedindo a absolvição dos mesmos no julgamento.

Segundo os investigadores, o político londrinense teria recebido por meio de suas empresas LSI Soluções em Serviços Empresariais Ltda. e Limiar Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda., nas quais é sócio com seu irmão Leon; e apontadas pelos investigadores como sendo de fachada, propinas que totalizaram R\$ 1,1 milhão.

O valor teria sido pago para o ex-deputado, conforme os procuradores, para facilitar a contratação da agência de publicidade Borghi Lowe, da qual Hoffman era diretor, pelas entidades públicas. O repasse dos valores, segundo as investigações, ocorria da seguinte forma: a Borghi solicitava a empresas subcon-

tratadas a realização de serviços de publicidade legais, entretanto as orientava a realizar pagamentos de comissões devidas - conhecidas como bônus volume (BV), no valor de 10% dos contratos - para contas das empresas Limiar e LSI.

“Não obstante uma trajetória de vida escorregada dedicada a atender os anseios e expectativas da sociedade brasileira, está sendo acusado nesta ação penal pelo Ministério Público Federal de crimes que não cometeu. Assim, por meio de sua defesa técnica, demonstrará que os fatos alegados na exordial acusatória não são verdadeiros, a acusação é manifestamente improcedente, distanciada da realidade e do conteúdo dos fatos na sua substância, além de padecer de graves vícios processuais”, destacou a defesa de André Vargas, em manifestação protocolada no processo.

Nas alegações finais os defensores também questionaram a competência da primeira instância para apurar o caso envolvendo um ex-detentor de foro privilegiado; alegam cerceamento da defesa durante o trâmite do processo e levantam suspeitas sobre a licitude das provas produzidas contra os réus.

Vargas e Leon também são réus em outra ação penal que tramita na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Eles, juntamente com Edilaira Gomes Soares, esposa do ex-deputado, são acusados de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal na compra de uma residência em Londrina.

15 SET 2015

BEMPARANÁ

Casamentos crescem 21% em cinco anos no Paraná

Maior estabilidade financeira no período pode ter estimulado os casais a formalizarem a união

Um levantamento realizado pela Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), nos últimos cinco anos, mostra que o número de casais que oficializaram o casamento cresceu 21%, totalizando 287.715 mil matrimônios no Estado dentro do período. Somente em Curitiba, o número de casados saltou de 9.691, registrados em 2010, para 10.887 em 2014, o que representa um crescimento de 12,3%.

O presidente do Instituto de Registro Civil de Pessoas

Naturais do Paraná (Irpen-PR) e diretor de registro de títulos e documentos da Anoreg-PR, Arion Toledo Cavalheiro Júnior, explica que o aumento no número de casamentos pode estar atrelado à melhora na renda do brasileiro e pela facilitação do acesso à casa própria. "Hoje, o casal está muito mais perto de ter seus próprios lares, e isso reforça o desejo de se casar oficialmente perante a lei", analisa.

Entre outros fatores que contribuíram para o crescimento no número de registros de casamentos, estão os casa-

mentos coletivos, organizados por diversos cartórios do Paraná em parceria com o Irpen-PR, Funarpen e a Anoreg-PR. O projeto "Irpen na Comunidade" tem percorrido por todas as cidades paranaenses celebrando casamentos através do evento "Dia do Sim", onde casais que já vivem em união estável há muito tempo regularizam seus relacionamentos, convertendo-os em casamentos. Essa modalidade permite àqueles casais que esperavam há anos para oficializar a união possam formalizar o sonho sem custo algum.

RÁPIDA

Procedimento

O procedimento legal do casamento é feito em um cartório de Registro Civil e precisa da presença de duas testemunhas maiores de 18 anos, que atestem conhecer o casal e afirmem não existir impedimento legal que os iniba de casar. O processo de habilitação ao casamento civil fica pronto em aproximadamente 30 dias. Nesse tipo de união civil, concedem-se direitos e impõem-se obrigações ao casal. A oficialização tem diversos efeitos jurídicos como, por exemplo, a escolha do regime de bens entre os cônjuges e o acesso a benefícios sociais de programas do governo. Lembrando que a finalidade do registro é dar conhecimento a todos das condições aceitas pelos noivos.

NÚMEROS

PARANÁ	
2010	50.671
2011	57.019
2012	58.372
2013	60.183
2014	61.470
CURITIBA	
2010	9.691
2011	10.275
2012	10.139
2013	10.684
2014	10.887

CONTINUA

15 SET 2015

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

DIVÓRCIOS

75%

foi o aumento registrado em casos de divórcios pelo escritório Nannini e Quintero Advogados Associados, com atendimento em todo o território nacional no primeiro semestre deste ano em comparação ao ano passado. Motivo? "A crise financeira que assola o País, aliado a perda de renda. Como fator secundário, notamos que o segundo motivo alegado para o divórcio é que os pais se dedicam muito aos filhos e acabam por esquecer do outro cônjuge e a maneira de educar os filhos", diz André de Moraes Nannini, um dos sócios, especialista há mais de 20 anos e atuante das áreas civil, imobiliária e comercial.

15 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

O impeachment e a democracia

SÃO PAULO- Tirar Dilma Rousseff do cargo significaria passar por cima do voto de mais de 54 milhões de eleitores —um atentado, portanto, à democracia. Esse, que parece ser o principal argumento dos que se opõem ao impeachment da presidente, não me convence muito.

Ele até funciona se pensarmos a democracia como um modelo estático, no qual o cidadão é convocado a manifestar-se a cada quatro anos e ponto. Se a maioria votou em Dilma em 2014, só nos resta tolerá-la até 2018. Penso, porém, que o contrato democrático, como a vida, deve ser mais dinâmico. Seres humanos, entre os quais se incluem os eleitores, podem, afinal, mudar de ideia. E, a julgar pelas pesquisas, mudaram. Segundo o último Datafolha, 71% dos brasileiros consideram a presidente ruim ou péssima. No auge da popularidade, em março de 2013, 65% classificavam a mandatária como ótima ou boa. No final da campanha eleitoral, em outubro passado, os ótimos e bons eram 42%, e os ruins e péssimos, 20%.

A pergunta que cabe, então, é se o instituto do impeachment é uma ferramenta adequada para retirar do poder um governante que se tornou impopular. Obviamente, eu preferiria que houvesse na Carta um mecanismo de recall de voto, como existe em alguns países. Mas, na ausência deste, não vejo grande problema em usar o que temos de mais próximo, que é justamente o impeachment.

Para os que se queixam de que não há fato jurídico bem definido contra Dilma, lembro que nos EUA, cujo modelo de impeachment nós copiamos, dos 12 processos que resultaram no afastamento ou na renúncia de uma autoridade, dois foram pelo “crime” de bebedeira. O impeachment presidencial é, se quisermos, a versão republicana do voto de desconfiança do parlamentarismo. Ainda não estou muito convencido de que deva ser usado contra Dilma, mas por razões políticas e não porque represente golpe contra a democracia.

15 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dono da UTC irá depor em ação eleitoral contra Dilma

Ricardo Pessoa foi
autorizado pelo STF

PAULO GAMA
DO PAINEL

O ministro Teori Zavascki, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou Ricardo Pessoa, dono da UTC, a prestar depoimento na Justiça Eleitoral na ação em que o PSDB pede a cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff.

Pessoa deve depor na sexta (18), no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Seu depoimento havia sido inicialmente marcado para julho, mas foi suspenso porque sua delação premiada na Operação Lava Jato é sigilosa.

Em sua colaboração, Pessoa disse que doou R\$ 7,5 milhões à campanha de Dilma por temer prejuízos em negócios com a Petrobras. O montante foi declarado à Justiça Eleitoral. A campanha petista nega irregularidades e diz que sua prestação de contas foi aprovada pela Justiça.

Na ação, o PSDB sustenta que Dilma deve deixar o cargo porque sua campanha teria sido financiada com os recursos desviados.

Em resposta ao pedido do ministro João Otávio Noronha, relator da ação contra Dilma no TSE, Teori respondeu que, como a delação de Pessoa já foi homologada, não caberia mais a ele proibir que o réu depusesse. Com isso, a Justiça Eleitoral entendeu que estava autorizada a convocar Pessoa.

MÔNICA BERGAMO

GANHO DE CAUSA

Um processo judicial eletrônico na primeira instância da Justiça do Trabalho de São Paulo dura em média 169 dias entre o ajuizamento e a sentença, enquanto uma ação em papel leva em média 380 dias. O levantamento é do Anuário da Justiça do Trabalho 2015, que será lançado no próximo dia 25.

CAUSA 2

Na segunda instância, porém, o resultado é menos animador: a tramitação do processo eletrônico demora 138 dias, ante 127 da ação em papel. “Os dados serão mais concretos quando todos os tribunais estiverem digitalizados”, diz Ana Paula Lockmann, coordenadora nacional do processo eletrônico na Justiça do Trabalho.

PAINEL



Chama o Moro Numa redação de TV parada para que os jornalistas assistissem à entrevista de Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento), o silêncio foi quebrado pela conclusão de uma figurinista: “Esses dois fizeram delação premiada?”.

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

Corajoso o artigo “Judicatura e dever de recato” (Tendências/ Debates, 13/9) do presidente do STF. O populismo do qual temos testemunhado lambuzar-se políticos brasileiros e latino-americanos já vem sendo degustado com voraz apetite por magistrados que se autoproclamam acima da própria lei que deveriam assegurar. Devemos ficar alerta aos efeitos do flautista de Hamelin (ou de Curitiba), que, por meio de suas melodias democráticas, tenta nos colocar em transe em meio à gênese da ditadura da toga.

MARIA ELISABETH KIS (São Paulo, SP)

ENTREVISTA JULIO CESAR FERNANDES NEVES, 61

Óbvio que tenho medo de policiais assassinos

OUVIDOR DIZ QUE NÚMERO DE VÍTIMAS DA POLÍCIA É 'ANORMAL' E QUE POUCOS PMS SÃO LEVADOS A JÚRI E CONDENADOS EM SP

RAIO-X JULIO CESAR NEVES

IDADE
61 anos

FORMAÇÃO
Graduado em direito pela Universidade Mackenzie, em 1982

CARGO
Ouvidor da Polícia de São Paulo desde 2013, escolhido para mandato de dois anos

Segundo o ouvidor da Polícia de São Paulo, Julio Cesar Fernandes Neves, mesmo não preparada internamente para isso, a Polícia Militar deve iniciar um debate público para discutir seus métodos.

Responsável por encaminhar denúncias contra as polícias, ele admite que teme sofrer represálias. A seguir, trechos de sua entrevista:

Folha - A Polícia Militar está fora do controle?

Julio Cesar Fernandes Neves-O que acontece ocorre há algum tempo, só que, agora, às vistas de toda a nação. Esses PMs [flagrados matando dois suspeitos no Butantã] tiveram a infelicidade, para eles, e por felicidade do povo, de serem filmados. Essas imagens confirmam que essas coisas vinha ocorrendo e muitas instituições não queriam enxergar.

Quais instituições não queriam enxergar?

Várias ocorrências [contra policiais] no Fórum da Barra Funda são arquivadas. Mais do que isso: quando denunciados e vão a júri popular, muitas vezes o promotor pede a absolvição. A vítima, a pessoa que morre, é transformada em réu. Sempre houve algum argumento para o policial ser absolvido no tribunal do júri, poucos são condenados.

O sr. inclui o governo entre as instituições que não queriam enxergar? Por exemplo, PMs suspeitos de atuar na última chacina estão trabalhando normalmente. Não falta rigor?

Em outras épocas, todos os policiais que cometiam um delito eram imediatamente afastados. Por precaução e até para preservar a instituição. Isso parou e tem de ser feito. Qualquer acusado de homicídio deve ser afastado para se apurar o que ocorreu.

Há paralelo entre essas mortes e a chacina?

Vejo paralelo no motivo de o policial matar. O PM que mata está na realidade prendendo, fazendo a instrução criminal, dando uma sentença de morte e ele próprio executa a sentença. Porque ele faz isso? Na sociedade existe o sentimento de que bandi-

do bom é bandido morto. O PM que está disposto a fazer justiça com as próprias mãos tem liberdade para matar.

Há um grupo de extermínio na polícia?

Já recebi denúncias de que existe e peço que seja investigado. Não dá para não acreditar que não exista um grupo organizado no Estado praticando essas execuções quando, no ano passado, tivemos 801 vítimas. É uma coisa anormal, que sai fora do bom senso de qualquer cidadão comum. Neste ano já são mais de 400 vítimas, só em confrontos?

O sr. teme sofrer represália por combater PMs assassinos?

Claro que todo mundo tem sentimento de medo. Procuro ter discernimento e não errar em relação aos policiais. Quando tenho a sensação de que estou falando a realidade, não estou cometendo injustiça ou induzindo ao erro, o temor desaparece. Mas óbvio que tenho medo de pessoas que possam interpretar de outra forma e achar que também elas possam fazer justiça e eu sofrer uma represália que não merecia.

CONTINUA

15 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A PM está preparada para mudanças?

Não, ninguém quer discutir. Mas mesmo não tendo disposição, ela será obrigada a fazer isso. A estrutura da PM segue a mesma desde a ditadura, ela ainda trabalha como a ideia de guerra, de um inimigo, só que hoje contra o pobre da periferia. Essa cultura tem que ser alterada, o regime militar continua.

Se ficar comprovado que superiores desses PMs [que mataram os suspeitos no Butantã] tinham conhecimento, foram omissos e concordaram com as ações, isso coloca a sobrevivência da PM em xeque. O governante também será obrigado a agir.

“ Não dá para não acreditar que não exista um grupo organizado no Estado praticando essas execuções quando, no ano passado, tivemos 801 vítimas

Várias ocorrências [contra policiais] no Fórum da Barra Funda são arquivadas. Mais do que isso: quando denunciados e vão a júri popular, muitas vezes o promotor pede a absolvição. A vítima, a pessoa que morre, é transformada em réu

15 SET 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Inscrições para casamento coletivo terminam amanhã



Na próxima quinta, 17 de setembro, encerra o prazo para inscrições nos Cartórios de Registro Civil, para o Casamento Coletivo que será realizado no próximo dia 17 de outubro. O Casamento Coletivo é promovido em parceria pela RPC, Prefeitura de Campo Largo, Poder Judiciário, Faculdade Cenecista Campo Largo e os Cartórios de Registro Civil.

O evento é voltado à população vulnerável economicamente, realizado por meio do projeto Justiça no Bairro. No dia haverá bênção ecumênica à união dos casais.

Para a inscrição é necessário levar os seguintes documentos originais: carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou casamento com averbação do divórcio (atualizada de 30 dias), comprovante de renda de até dois salários mínimos por casal e comprovante de endereço. ●

15 SET 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

MP vai à Justiça contra demissões no HSBC

Promotora pleiteia multa de R\$ 20 mil por empregado demitido



O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) entrou com uma ação com pedido de limiar contra os bancos HSBC e Bradesco. A ação resulta de uma série de negociações com o HSBC por conta de demissões em massa ocorridas no ano passado e da atual negociação de compra do banco pelo Bradesco, vi-

sando garantir a manutenção de direitos trabalhistas dos empregados após a transação.

A ação pede à Justiça do Trabalho que os réus se abstenham de realizar demissões em massa sem prévia negociação coletiva; que mantenham o pagamento do vale alimentação e do seguro-saúde por cinco anos a partir da dispensa; que ofereçam

cursos de qualificação profissional e auxílio na busca de novos postos de trabalho aos empregados dispensados; que concedam a preferência aos empregados dispensados em casos de recontração e que compensem todos os trabalhadores dispensados com o pagamento de um salário bruto para cada ano de serviço prestado.

No caso de descumprimento das obrigações, a procuradora do trabalho Margaret Matos de Carvalho pleiteia multa de R\$ 20 mil por empregado demitido por dia. Além disso, o MPT-PR solicita a concessão de medida cautelar para bloqueio de R\$ 250 milhões do banco. A multa solicitada por dano moral coletivo é de R\$ 10 milhões. ●

TSE discutirá doações ocultas, diz Toffoli

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Dias Toffoli, afirmou ontem que se a tentativa do Congresso de ressuscitar a chamada doação oculta para campanhas eleitorais avançar, o tribunal vai rediscutir a medida. Essas doações ocorrem quando o dinheiro é repassado aos candidatos sem que seja possível identificar a empresa responsável pelo aporte financeiro.

Em abril de 2014, o TSE editou uma resolu-

ção barrar essa prática. O tribunal exigiu que as legendas que recebessem recursos de empresas ou pessoas físicas e os repassarem a candidatos teriam que divulgar claramente na prestação de contas a quem pertencia o dinheiro que acabou chegando aos candidatos. "Penso que o certo era manter a obrigação de sempre informar a origem dos recursos. Isso será debatido pela Corte quando da votação das resoluções para 2016", disse Toffoli. ●